

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

ESTADO AMPLO E ECONOMIA DOS CONFLITOS SOCIAIS

*uma discussão acerca do roteiro
teórico de João Bernardo*

José Evaldo de Mello Doin
Universidade Estadual Paulista-Franca

A perplexidade que recentemente passou a dominar os corações e mentes das hostes de linguagem marxistas, obriga-nos a todos os que, em quaisquer de suas vertentes, apoiamos nossas análises nos alicerces de filosofia de praxis, a uma reflexão e a um balanço crítico que possibilite uma renovação e um reflorescimento vigoroso da matriz marxista.

Consideramos que as análises de Perry Anderson e de João Bernardo são o “Norte” desta caminhada teórica necessária “depois da queda”.

Nosso trabalho de pesquisa sobre o papel de dívida externa brasileira no desenvolvimento de um tipo determinado específico de capitalismo que se desenvolveu em nosso país, torna-se um bom pretexto para esse tipo de discussão epistemológica. Algumas questões relevantes para a problemática da história econômica recente, encontram no período Vargas (1930-1945) um fértil campo de discussões da ordem que apontamos acima.

Pretendemos nessa mesa redonda confrontar os estudos de João Bernardo sobre o desenvolvimento de capitalismo a partir das derrotas dos movimentos operários, gestando a “burocracia capitalista”, ou seja, a classe dos gestores, sucessora da hegemonia burguesa e o advento do “Estado Amplo” (o Estado em sua forma “clássica”, ampliado pelas burocracias das grandes empresas)¹ com o processo de aprofundamento das relações sociais de produção capitalista no Brasil, que tem no período Vargas um exemplo, tanto na renegociação da dívida externa e seu significado, como no reordenamento e “racionalização” do aparelho estatal, para cumprir sua função mediatizadora

1 João Bernardo, *Economia dos Conflitos Sociais*, São Paulo, 1991, p. 162 e segs. Veja-se também o artigo de João Bernardo: “Gestores, Estado e Capitalismo de Estado”, in: *Ensaio*, São Paulo, 14, 1985. pp. 85-6.

de desenvolvimento da modernização conservadora (industrialização tardia e controle do proletariado).²

Para nós, o período Vargas evidencia a metamorfose do Estado “Clássico”, readequado para enfrentar, juntamente com outros atores, os desafios do incipiente estágio de desenvolvimento da indústria de bens de consumo da capital do país. A “industrialização restringida” (criação da indústria leve de bens de produção), somente foi possível com a adequação de toda a organização institucional, para suprir ou promover, o crescimento de uma economia dependente de poupança externa de aluguel para crescer e estabilizar.

A longa história da renegociação de nosso passivo externo, no período em questão, ilustra as transformações institucionais ocorridas, provocando a ampliação dos papéis de Estado e gerando em seu bojo uma classe de gestores que, em consórcio com setores da burguesia, exercerá o controle e a sobre-exploração do trabalho.

I

Quando as trombetas de Josué contemporâneo derrubaram o símbolo físico da opressão maniqueísta e do impasse geopolítico, baseado no equilíbrio do terror nuclear e da guerra fria, uma sensação de abismo, de remissão a “outra época, outro mundo”, provocou uma paralisia e uma estupefação nas correntes interpretativas da esquerda. Rapidamente as barbas de Marx tornaram-se brancas e o “sentimento da dialética”, algo mofino e arcaico, logo banido dos principais debates acadêmicos.

Felizmente a inércia já cede terreno a um trabalho fecundo de renovação teórica dentro de imenso e sofisticado edifício construído penosamente por gerações de intelectuais comprometidos com uma visão crítica a recortar o rico processo da trajetória humana no planeta.

Cabe aqui ressaltar que as objeções ao “*corpus*” doutrinário do marxismo, já não são tão recentes assim, bem como o esforço analítico renovador representado pela Escola de Frankfurt, em especial o pensamento benjaminiano e as vertentes que ele descortinou, abrindo caminho para a história do vencido, a história imediata, a ritualização e o estranhamento. Outro contributo fecundo é o de Hanna Arendt e as suas lições sobre a “*vita*

2 Maria da Conceição Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1981, p. 21-2. Veja-se também nosso artigo: “A Formação do Estado-Nação, a Gênese da ‘Modernização Conservadora’, a Dívida Externa — questões preliminares”, in: *Boletim do CELA* (Centro de Estudos Latino Americanos), Franca, FHDSS/UNESP, nº 3, 1993.

activa”.³ Mais recentemente (e nem tanto), o Jurgen Habermas de *Conhecimento e interesse*⁴ e *Para a reconstrução do materialismo histórico*.⁵

Contudo, se considerarmos importante esta reflexão (que induz a uma ampla “reconstrução de marxismo”, centrada toda ela numa discussão epistemológica, de um lado, e de outro, nas questões pragmáticas que envolvem uma acalorada polêmica com argumentos ainda candentes, sobre as opções entre Reforma ou Revolução, ou a democracia como conquista social ampla), para nós permanece relevante a colocação do papel do Estado na condução de um processo de transformação econômica, ainda que não revolucionária, pois sendo nossas hipóteses de trabalho centradas no estudo de endividamento público externo brasileiro, torna imperativa esta postura. Fazemos, portanto, um breve retrospecto dos caminhos percorridos pela teoria da “praxis” no aprofundamento do estudo das relações sociais capitalistas, centradas na problemática brasileira, através da aceleração do processo de modernização, cujos mecanismos indutores desse deslanche, que se inicia com a “República Velha” e se acentua na “Era Vargas”, dentro da nossa perspectiva, foram o Estado e a poupança de aluguel.

Repisando o já sabido, é pacífico que a evolução do pensamento marxista sobre o significado e o papel do Estado, faz avançar e ampliar o campo teórico para muito além do que os seus adversários e “coveiros” esperariam. A “crise do marxismo”, já encontrou por diversas vezes a sua própria crise.

Os principais intelectuais marxistas sempre encontraram no próprio “corpus”, razão e criatividade suficientes, para enfrentar as novas questões que surgiram com o amadurecimento do capitalismo e de suas novas formas de dominação: imperialismo, capitalismo financeiro; capitalismo monopolista; capitalismo monopolista de Estado; Estado Amplo e economia dos conflitos sociais; etc. Desde as primeiras grandes interpretações de Rosa Luxemburgo, Hilferding, Bukharin, Lênin e Kautsky, é possível perceber com que vigor foram enfrentados os novos desafios, trazidos pelo agigantamento do sistema capitalista, em sua fase monopolista.

Um exemplo, bastante significativo, da flexibilidade e do potencial de criatividade da interpretação materialista histórica, é o da discussão do papel do estado, no âmbito do sistema capitalista de produção. Desde a concepção simplista do estado como mero “comitê” da classe dominante, até uma visão que permitiu ultrapassar as fronteiras estreitas e redutoras do sentido e do

3 Hanna Arendt, *A Condição Humana*, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1991, pp. 15-30.

4 Jurgen Habermas, *Conhecimento e Interesse* (com um novo posfácio), Rio de Janeiro, 1987.

5 Jurgen Habermas, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, 2ª ed., São Paulo, 1990.

papel do Estado a uma simples, relação mecanicista supraestrutural. Gramsci, malgrado suas convicções eurocêntricas e o olvido de boa parte de suas reflexões foi o pioneiro a transbordar a teoria marxista clássica, ampliando os conceitos de sociedade e de Estado.⁶

A genial transposição das tensões dialéticas para o âmbito do “movimento orgânico”, feita por Gramsci, permite reconstruir as relações entre estrutura e supraestrutura, e as relações entre o “curso do movimento orgânico e o curso do movimento da conjuntura da estrutura”.⁷

Esta abertura conceitual permitiu ampliar e deslocar a análise marxista do estado, para além dos estreitos parâmetros em que se encontrava. Gramsci permite um mergulho nas superestruturas mais complexas, com o fito de se aperceber os elementos infraestruturais aí contidos. Esta nova dimensão teórica abriu ricas perspectivas no estudo de Estado e do bloco hegemônico que o controla.

Entretanto, se o pensamento gramsciano, juntamente com as contribuições de Lukács e de Kerch, possibilitou uma forma “posclássica de marxismo”,⁸ que Perry Anderson denominou acertadamente como sendo “Ocidental”, tornou-se datado e envelhecido, pois com efeito, apesar das inegáveis contribuições de Gramsci para os fundamentos da Ciência Política, o eixo de seus mais caros postulados é marcado por uma trava eurocêntrica inegável, que é herdada por seus seguidores mais próximos. Esta modalidade de pensamento marxista, circunscrito ao âmbito europeu (ao nível das análises e de suas formulações básicas, e não de sua repercussão) e suas áreas de influências, cada vez mais acentuou o rompimento de ligações com um movimento popular e com uma proposta de ação.⁹ Independentemente da vontade destes pioneiros, que vivenciaram a prisão e o exílio, o divórcio entre a teoria e a prática sob a pressão de uma época adversa às causas populares se consumou.¹⁰

Enquanto discurso, o debate marxista se deslocou dos sindicatos e partidos políticos para a Academia; das portas das fábricas, da ação política para os cursos universitários. Desde o surgimento da Escola de Frankfurt até o período da Guerra Fria era raro encontrar um teórico marxista de peso saído de um

6 Antonio Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 4ª ed., Rio de Janeiro, 1980, pp. 45-6.

7 *Ibid.*, p. 48.

8 Perry Anderson, *A Crise da Crise do Marxismo. Introdução a um Debate Contemporâneo*, 3ª ed., São Paulo, 1987, p. 18.

9 *Ibid.*, p. 19.

10 *Ibid. ibidem, loc. cit.*

processo de lutas populares. A maioria absoluta detinha uma cadeira no Ensino Superior.¹¹ Obviamente, tal deslocamento provocou uma alteração do foco intelectual.¹²

Assim como Perry Anderson, buscamos recuperar a discussão do capitalismo desaparecido nos caminhos das questões epistemológicas. Não se trata aqui, de um simples retorno a ortodoxia como pretendeu James Petras,¹³ quando fez a discussão da problemática do Imperialismo, mas sim de vincar uma tradição que busca entender os mecanismos internos e as raízes profundas da dinâmica capitalista. Não que consideramos o esforço de produção dentro da teoria do conhecimento como um luxo dispensável, pelo contrário, estamos convictos que esta tradição criada dentro do “*corpus*” teórico marxista elevou a filosofia marxista a um nível de sofisticação e de inventividade muito acima do esperado.

Quando afirmamos concordar com Anderson na necessidade de retornar ao estado das “estruturas e infraestruturas da política e da economia,¹⁴ não descartamos contribuições fundamentais para a elucidação de nosso objeto, como o estudo sobre o estado (que em nossa pesquisa é um dos pontos de articulação fundamental), e o conceito de “movimento orgânico” feito por Gramsci e já indicado por nós neste relatório.

Ao colocarmos estas proposições e explicitarmos seus problemas, temos em mente que para podermos encaminhar a análise do desenvolvimento capitalista numa situação específica como a brasileira, temos de formular claramente os “atores” das reações sociais de produção, como já anunciamos em outra parte deste relatório.

É em função desta questão fundamental que buscamos em Gramsci e em Anderson o respaldo para definir o instrumental com que estamos trabalhando. O surgimento tardio do capitalismo no Brasil em condições específicas (ausência de forças produtivas endogenamente reproduzidas; presença marcante do estado como propulsor do sistema; dependência financeira do exterior etc.), leva-nos a buscar verificar o movimento orgânico da estrutura de relações entre os produtos diretos e aqueles que se apropriam direta ou indiretamente do seu excedente. Formulando de outra maneira o problema: numa economia dependente e retardatária como a brasileira, como se

11 *Ibid. ibidem, loc. cit.*

12 *Ibid. ibidem, loc. cit.*

13 James Petras, et alii, *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo — Uma Perspectiva Crítica*, Rio de Janeiro, 1980.

14 Perry Anderson, *op. cit.*, p. 20.

estabelece o aprofundamento das relações sociais capitalistas? Como se estabelece a luta de classes nas condições específicas de desenvolvimento do capitalismo em nosso país? Qual o papel do Estado como agenciador e como apropriador de excedente? Como se estrutura o bloco hegemônico? Quais as ligações e interesses entre os grupos hegemônicos nativos e os detentores e os representantes do capital financeiro internacional?

Infelizmente, num estado como este, só podemos indicar sucintamente este rol de questões, que se exaustivamente esquadrihadas, tecem a trajetória do avanço capitalista em toda a primeira fase republicana.

II

Tentamos montar o elemento fundamental do movimento orgânico do estado no período republicano. Para tanto introduziremos a polêmica contribuição, recentemente trazida por João Bernardo para o debate acadêmico, e que tem possibilitado novos ângulos e novas abordagens sobre a classe dominante e o papel do Estado.

Com a ressalva de que não concordamos integralmente com o corpo teórico elaborado pelo autor português, principalmente no que concerne à sua conceituação do que seria “Estado no sentido amplo”, procuremos resumir os principais tópicos de suas assertivas sobre o “domínio dos gestores”. Centra sua análise no conflito entre a organização da produção em moldes capitalistas e as tentativas dos trabalhadores de fazer uma ruptura com o capital e com a disciplina que este impõe, procurando reduzir o tempo de trabalho. A resposta do capitalismo neste caso é desencadear um aumento de produtividade que se estende por toda a economia. A este conflito que se pereniza no cotidiano das lutas proletárias em que os trabalhadores sofrem pequenas derrotas, João Bernardo denomina de “ciclos curtos de mais-valia relativa”.¹⁵

Outro aspecto mais profundo no conflito é a tentativa de quebra da disciplina capitalista da produção que ocorre quando no processo de luta os trabalhadores se apoderam dos meios de produção por um período relativamente extenso e organizam suas forças consoante relações sociais não capitalistas. Como mercado continua organizado em moldes capitalistas a experiência das novas bases de reprodução por parte dos capitalistas.

15 João Bernardo, “A autonomia nas lutas operárias” in: Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (org.), *Trabalho e Tecnologia*, São Paulo, 1986. p. 105. Veja-se também do mesmo autor, “Gestor, Estado e Capitalismo de Estado”, *op. cit.*, pp. 85-6; *Economia dos Conflitos Sociais*, *op. cit.*, pp. 15-20. pp. 202-35 e pp. 340-68. Fernando Prestes Motta, *Organização & Poder: Empresa, Estado e Escola*, São Paulo, 1986, pp. 127-40.

A este processo João Bernardo nomeia “ciclos longos da mais-valia relativa”¹⁶.

Após cumprir cada ciclo a mais-valia se absolutiza, quando se torna o padrão normal da produção capitalista. Para o autor em questão:

(...) E vemos assim que a História do movimento operário (...) deve centrar-se (...) precisamente nos ciclos de mais valia relativa. É neste enquadramento que podemos entender as relações sociais surgidas nas lutas e a posterior degenerescência na recuperação das instituições que elas haviam produzido; (...) Os ciclos de ascensão e recuperação das lutas pautam as características que vão assumindo as novas relações

16 João Bernardo, a respeito faz a seguinte síntese explicativa:

É precisamente neste ponto que os capitalistas podem proceder e uma segunda recuperação das lutas proletárias. Já anunciei a primeira das formas de recuperação, que consiste em responder de imediato às reivindicações do proletariado mediante a rápida redução do tempo de trabalho incorporado na sua força de trabalho; foi o que denominei de ciclos curtos de mais-valia relativa.

A segunda das formas de recuperação surge precisamente quando o mercado mundial impede as novas relações sociais decorrentes da luta de se expandirem em direção ao processo de trabalho e às formas produtivas. Quando essas relações sociais deixam de se expandir, acaba por acontecer que os trabalhadores deixem de se apoiar (...) A reestruturação do processo de trabalho, em vez de prosseguir, é pelo contrário travada e a empresa continua a elaborar segundo os moldes da produtividade capitalista. Os trabalhadores abandonam então sucessivamente o combate, desinteressam-se dele, desistem e deixam de acreditar na possibilidade de reorganização das relações de produção e das forças produtivas. Simultaneamente, é esse mesmo o processo pelo qual os capitalistas se apropriam das instituições já degeneradas em virtude da travagem das lutas, desvirtuam-se mais ainda e as integram no processo produtivo (...) Em meu entender, cada estágio da organização do trabalho não é senão o resultado da apropriação pelos capitalistas de instituições que surgiram originariamente com as lutas operárias, que se depararam depois com um impasse, que sofreram o afastamento e o desinteresse por parte das massas dos trabalhadores, que por isso degeneraram e se burocratizaram — ficando então maduras ou podres, para serem recuperadas pelo capital. A história das reorganizações capitalistas do processo de trabalho é sinônimo das derrotas do movimento operário (...)

A cada estágio da constituição orgânica do proletariado correspondem dadas formas de lutas e dadas relações sociais de luta; sempre que essas relações sociais se deparam com um obstáculo que não consegue transpor, entram em degenerescência e são recuperados pelo capitalismo, que reorganiza o processo de trabalho consoante essas formas já degeneradas. Denomino cada um destes ciclos de desenvolvimento das formas de luta e da sua recuperação, ciclos longos da mais-valia relativa (...)” João Bernardo, *op. cit.*, pp. 109-10.

*sociais, ritmam o desenvolvimento orgânico da classe operária, a sua relação com os capitalistas. Com esta perspectiva dinâmica do modelo da mais-valia verificamos que o capital não é senão a relação antagônica estabelecida entre os capitalistas e o proletariado.*¹⁷

Dentro da teoria de João Bernardo, a história dos ciclos de mais-valia relativa implica o contínuo e crescente processo de integração recíproca das empresas, o que de certa forma é uma imposição da dinâmica capitalista. O aumento da produtividade não se obtém em uma empresa isolada, sem a pressão das outras e, por outro lado, repercute para o sistema como um todo. O autor denomina “Condições Gerais de Produção”, às pré-condições necessárias à integração e interrelação das unidades de produção, no processo econômico capitalista, e que se explicitam no “background” das infra-estruturas sociais e materiais, empreendidas pelo Estado.

É neste contexto amplo e complexo que se insere a “classe dos gestores”, ou seja a classe que responde pelo “(...) funcionamento das unidades econômicas em relação recíproca e do caráter globalizante do processo produtivo (...)”¹⁸

Para o autor, existem duas classes capitalistas: a burguesia e os gestores. A primeira decorrente do funcionamento isolado de cada unidade produtiva e para esta as formas de propriedade são fracionadas e privadas. Para a segunda, as formas de propriedade

*(...) são coletivas (...), ou seja, os seus títulos para a repartição da mais-valia passam pela relação de cada elemento da classe com os aspectos mais centrais e integrados do processo econômico. Não é a forma como os elementos de uma classe se apropriam por meios de produção que define o caráter dessa classe, mas a posição que ocupam no sistema de exploração.*¹⁹

Tanto os gestores como a burguesia, os primeiros através de uma apropriação coletiva e os segundos através de uma privada, detêm os meios de produção contra o proletariado, realizando a apropriação do excedente mercantil.

O desenvolvimento da mais-valia relativa promove a integração recíproca das unidades produtivas, além de propiciar a existência e a expansão e o fortalecimento da classe dos gestores, em detrimento da burguesia e forçar a

17 *Ibid.*, p. 111.

18 *Ibid. ibidem, loc. cit.*

19 *Ibid. ibidem, loc. cit.*

remodelação do aparelho do Estado. Na fase concorrencial do capitalismo, quando prevalecia a fragmentação do processo econômico e a competição era muito acentuada e o “(...) caráter isolado das empresas predominava sobre sua inter-relação — ou seja, enquanto a classe burguesa era socialmente mais forte do que a classe dos gestores —, o necessário relacionamento entre as empresas era estabelecido mediante o aparelho de Estado clássico (...)”²⁰ Para João Bernardo o Estado clássico é a soma das instituições tradicionais de exercício do poder público, ou seja, o governo, as câmaras legislativas, os tribunais, etc.

O desenvolvimento da integração das unidades e seu maior inter-relacionamento, traz a conseqüente expansão e fortalecimento da classe dos gestores, e força a passagem do “Estado Restrito”, que seria o Estado clássico, para o “Estado Amplo”. Segundo o autor:

*É restrito porque, quanto mais a integração recíproca das unidades econômicas se vai acentuando, mais se processa ao nível das próprias empresas (a estrutura burocrática, de poder e de apropriação do excedente), ultrapassando as instituições do Estado clássico e, por isso, relegando-o para funções restritas (...) Mudam os ministros, mudam os governos, os regimes até, mas toda uma parte do que havia sido o aparelho de Estado clássico permanece insensível a essas recomendações e autonomiza-se das restantes instituições do estado restrito, passando a integrar-se na teia de relações estabelecidas diretamente ao nível das grandes empresas. Um processo idêntico ocorre também com as direções dos sindicatos burocráticos, que cada vez menos dialogam ou colaboram com o que resta do Estado clássico e passam a relacionar-se diretamente com as grandes empresas. Estas ocupam, agora, o vértice do sistema a que chamo neocorporativismo: corporativismo, porque articula as grandes empresas, as maiores administrações, as direções dos grandes sindicatos; neo, por que se desenvolve exteriormente ao aparelho de Estado tradicional. E é assim que este Estado tornado restrito, é ultrapassado pelo que denomino Estado Amplo.*²¹

Obviamente que seria necessário rediscutir uma série de problemas implicados na construção teórica de João Bernardo caso pretendamos aplicá-la ao estudo do período republicano brasileiro até o final da “Era Vargas”. Os conceitos do brilhante teórico português não se aplicam imediatamente a um

20 *Ibid. ibidem*, p. 112.

21 *Ibid. ibidem*, *loc. cit.*

rico processo histórico que não se deixa domar por modelos de interpretação não aclimatados. Entretanto, antes de procurarmos amarrar as proposições até aqui apresentadas à perspectivas analítica que estamos perseguindo, procuremos complementar o rápido esboço do pensamento bernardiano.

Para o autor, se a história do movimento operário correlaciona-se diretamente com os ciclos da mais-valia relativa, pelo lado do capital, estes mesmos ciclos determinam o ritmo do esforço social da classe dos gestores e da progressiva superação do estado Restrito pelo Amplo.

*(...) O campo de existência da classe dos gestores é a inter-relação das empresas num processo econômico global; o Estado Amplo não é senão a organização do processo econômico global conduzida diretamente ao nível das empresas em inter-relação. E inversamente: quanto mais o Estado Amplo desenvolve a sua esfera de ação, mais a classe dos gestores se unifica e, por conseguinte, mais se fortalece socialmente (...)*²²

Em nossa perspectiva, no que marca o movimento orgânico do desenvolvimento da estrutura econômico-social brasileira, o aparato conceitual bernardiano não se aplica em sua totalidade pelo menos com referência ao período que estamos enfocando (1891-1945), em virtude do desenvolvimento capitalista retardatário e dependente, que, por não estar fortemente suportado por uma considerável indústria pesada de bens de capital que garantisse uma reprodução endógena das forças reprodutivas,²³ não criou “condições gerais da produção” que possibilitassem o advento do Estado Amplo. Indubitavelmente, entretanto, vamos assistir desde os primórdios republicanos a um processo de formação, lenta consolidação e finalmente hegemonia de uma classe de gestores, que espalmarão a exploração do proletariado crescente, abrigados nas instituições do Estado Restrito, que se multiplicam e se fortalecem, gerando, no caso brasileiro uma “ampliação” da unificação e do poder do Estado clássico, desfigurando-o e possibilitando o enraizamento da classe gestorial.

Travada a expansão do Estado Amplo pelo retardamento da indústria pesada de bens de produção (Departamento ou Setor I da economia na conceituação marxista), por outro lado, o bloqueio representado pela permanência do escravismo colonial na economia formalmente se inserindo no

22 *Ibid. ibidem*, p. 113. Veja-se também *Economia dos Conflitos Sociais*, p. 155 e segs.

23 João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*, São Paulo, 1982, p. 31.

mercado capitalista mundial, impediu o processo de resistência da luta proletária que possibilitaria o surgimento dos “ciclos longos da mais-valia relativa” a serem recuperados e adaptados pelo capital. Em que pese o movimento da resistência camponesa e operária (Canudos, Revolta da Chibata, movimentos paredistas de 1917 e 1919 etc.), ele não teve consistência suficiente para possibilitar uma avalanche, mesmo que de proporções modestas, em direção à constituição do Estado Amplo.

Um terceiro complicador se configura na aliança firme e inquebrantável da burguesia cafeeira e da crescente classe gestorial com os interesses do capital estrangeiro e com o mercado internacional. Esta é a “face interna” da acumulação capitalista brasileira, em que tanto os estratos da burguesia cafeeira, como dos setores urbanos envolvidos com o sistema financeiro, o comércio atacadista e o de importação e até mesmo as lideranças empresariais do modesto parque industrial que se firmava, estavam umbilicalmente articulados com os interesses do grande capital externo e em boa medida dele dependia para existir.²⁴

Portanto o principal ponto de articulação para a alavancagem e a interiorização do capitalismo no Brasil, passou a ser o Estado, tanto no seu papel de agente financiador da expansão, como no garantidor da “ordem” e repressor dos movimentos reivindicatórios, sem nos esquecermos de sua ação empresarial direta que a partir do Império cada vez mais se ampliava. É desta forma que o Estado torna-se a base essencial do poder de classe dos gestores, garantindo a exploração capitalista e promovendo até mesmo o aprofundamento e a expansão do proletariado com o apoio dado à imigração. Os “ciclos longos da mais-valia relativa” são parcialmente obtidos por indução do poder estatal, que coordena, enquadra, distribui a massa proletária necessária à expansão agrícola e industrial.

A construção de um Estado deste tipo deve ser entendido historicamente como o formato institucional decorrente da prática gestorial enquanto categoria social ascendente.²⁵ Dessa maneira, a expansão cafeeira, a manufatura, a mecanização, a melhoria dos transportes e das vias de comunicação, são alguns estágios decisivos na consolidação de um projeto hegemônico. O poder dos gestores deriva do controle das condições gerais de produção, das técnicas e das organizações, mantido este controle, no caso específico brasileiro, pelo Estado clássico com suas funções e seu papel

24 Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretações Sociológicas*, 6ª Ed., Rio de Janeiro, 1981, *passim*.

25 Fernando Claudio Prestas Motta, *op. cit.*, veja-se a introdução.

“ampliados”. A história do capitalismo no Brasil é, em boa medida, a história da construção e do aperfeiçoamento desses controles.

A história republicana, desde sua implementação até o final da 2ª Guerra evidência o processo progressivo de estruturação da “ampliação” do estado clássico, condição fundamental para o processo de endividamento externo, que, foi o principal mecanismo de impulsionamento para o desenvolvimento das condições gerais de produção para a viabilização do modelo de desenvolvimento capitalista que aqui se desenvolveu tardiamente, e que por outro ângulo de observação, irá reafirmar e fortalecer o poder de classe dos gestores.

Ao retomarmos a questão da dívida externa dentro da perspectiva levantada acima, acerca do papel do Estado, temos de reprisar algumas colocações já feitas. O endividamento brasileiro tem de ser compreendido no contexto do movimento mundial de capitais e suas repercussões nas economias capitalistas retardatárias e dependentes. Na dinâmica da modernização conservadora, ou seja, a internalização da economia capitalista no Brasil, o endividamento funciona como elemento fundamental de ordenamento da trajetória econômica e exerce o papel de corretores rumos internos do processo produtivo.

III

Temos agora de enfrentar a questão a nível histórico concreto, tendo em mente a impossibilidade de um aprofundamento desta problemática no âmbito deste trabalho, apenas levantarmos algumas questões que pretendamos desenvolver num futuro empreendimento de maior fôlego.

Como estamos procurando acompanhar, de um lado, a trajetória de “ampliação” do “Estado Clássico”, na história republicana brasileira, juntamente com a formação e consolidações do poder dos gestores, enquanto parte hegemônica da classe dominante, e, de outro, recuperar o significado do conceito de dependência, através da caracterização do papel do endividamento externo no desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro, procurando amarrar ambos os processos, que em última instância são facetas de uma mesma realidade, procuraremos pontuar rapidamente os eventos relevantes que formaram o substrato que deu origem a esta dupla articulação.

Como já foi exhaustivamente demonstrado por João Manuel Cardoso de Mello,²⁶ a ausência de capacidade endógena de reprodução das forças

26 João Manuel explicita a questão com rara felicidade: “Com o nascimento das economias capitalistas, exportadores, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, e que somente foi

produtivas, remete a industrialização voltada para a produção de bens de consumo de capital para o período pós 1930. A ausência de uma forte articulação de indústrias que possibilitasse a presença de um departamento I da economia, permitiu, na 1ª fase republicana que o capital cafeeiro preenchesse esta lacuna graças ao seu poder de monopólio exercido plenamente no mercado mundial, a partir do Convênio de Taubaté de 1906. Segundo João Manoel,

as taxas de salários somente puderam ser obtidas porque o complexo exportador cafeeiro foi capaz de contornar os graves problemas para a reprodução física da força de trabalho e seu custo, que adviram da inexistência prévia, tanto da vigorosa agricultura mercantil de alimentos, quanto do setor industrial com gravitação mínima. E foi, utilizando as divisas que gerava para a importância de 'wage goods', bem como fazendo nascer um setor produtor de bens de consumo para assalariados. Do mesmo modo, a economia cafeeira se assegurou dos meios de produção necessários, quer ao seu núcleo produtivo, quer, especialmente, ao seu segmento urbano e supriu a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, dos bens de produção e dos 'wage goods' indispensáveis ao seu surgimento.²⁷

E este papel não seria possível sem o exercício efetivo da hegemonia do café brasileiro, através da política de valorização do produto a partir de 1906, no já mencionado Convênio de Taubaté. Contudo, somente foi factível esta política, graças ao envolvimento das instituições governamentais, a princípio a nível estadual, e posteriormente através da União, que garantiram o aporte de recursos através de empréstimos externos.

É neste eixo interpretativo que podemos enquadrar o significado da política que gerou o encilhamento, no início da República, a política deflacionista e monetarista de Campos Salles, a repercussão do Primeiro "Funding Loan" e a primeira manifestação de "desenvolvimentismo" do quadriênio de Rodrigues Alves.

Outra questão pertinente no parâmetro aqui estabelecido é o da função exercida pela Caixa de Conversão até o Segundo Funding de 1914. Avançando

possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endógenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais da produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo". *Op. cit.*, p. 95. Veja-se também o capítulo 3 de *Economia dos Conflitos Sociais*, de João Bernardo.

27 João Manuel Cardoso de Mello, *op. cit.*, p. 126.

neste rápido apanhado até às vésperas da Revolução de 30, podemos incluir a controvertida política de superávits comerciais de Washington Luís e o prenúncio da crise de hegemonia política da burguesia cafeeira, dos espaços ampliados dentro do Estado pelos setores gestoriais, que consolidarão seu predomínio no período posterior. Entretanto, não podemos olvidar a análise da perspectiva da evolução monetária e cambial, que elucida importantes aspectos do endividamento externo, de sua dinâmica enquanto instrumento garantidor de um certo tipo de desenvolvimento imposto ao país. Dentro do estabelecido acima, é necessário ressaltar o projeto da Caixa de Estabilização e as tentativas de elevação da paridade cambial.

O esboço apontado acima, permite, de um lado, identificar nesta parte, a gênese e a dinâmica dos mecanismos do endividamento externo, possibilitando condições de compreender o funcionamento da dívida pública externa como elemento moldador do processo global da economia, como leito de um certo tipo de desenvolvimento, que se engancha com o movimento geral de acumulação capitalista mundial. De outro lado, no plano do desenvolvimento das relações sociais de produção, é importante distinguir nesta 1ª fase republicana, o ritmo de organização e declínio da burguesia dependente e seus níveis ou graus de plasticidade ou de organização em relação aos seus objetivos, enquanto sócios menores do desenvolvimento condicionado e sua progressiva perda de terreno para a classe dos gestores, que a partir da “Era Vargas”, a deslocarão definitivamente da hegemonia do poder.

Após darmos estas rápidas pinceladas sobre a “República Velha”, podemos tratar esquematicamente da problemática da dívida externa no Período (1930-1945) que refletem as tensões e contradições das contingências financeiras, monetárias e cambiais do modelo de desenvolvimento e de ampliação das funções do Estado Clássico que então se estrutura e consolida. Este processo esteve espremido entre as conseqüências da Crise de 1929 e os constrangimentos de toda ordem gerados pela Segunda Guerra Mundial, que possibilitaram uma variada glosa de ações, em relação à economia com um todo e, em particular, ao tratamento da negociação da dívida externa.

A nossa análise privilegia a busca dos limites entre a conjuntura em que se encontravam as hegemonias cêntricas, atingidas pela severidade da Guerra, constrangidas, antes dela, por uma crise de grande vulto, e o poder de barganha de um Estado dependente, que recém devorara um processo revolucionário, tragando a Revolução para as entranhas burocráticas,²⁸ forjando a hegemonia da classe dos gestores.

O movimento mais geral das tentativas de racionalização do modelo econômico, através da ação estatal, na medida em que se completa e assume a

28 José Octávio de Arruda Mello, *A Revolução Estatizada: Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30*, Mossoró/João Pessoa, 1984, *passim*.

hegemonia do poder econômico, atribui-se um discurso ideológico baseado no mito da racionalização (o que facilitará enormemente a criação de instâncias e órgãos planejadores e controladores, além de um complexo considerável de empresas estatais, possibilitando ao nível concreto a estratificação da tecnoburocracia dos gestores). A falta de uma grande massa média urbana, que diluísse as contradições de classe e funcionasse como “amortecedor” do sistema, levou o Estado a procurar mediar o conflito entre os antagonismos de classe, criando canais e mecanismos conservadores de controle ideológico e econômico das relações entre o capital e o trabalho, o que cinicamente poder-se-ia denominar de “novo pacto social”, possibilitando uma nova elasticidade até então desconhecida. O relativo êxito alcançado na exploração de mais-valia relativa e na renegociação dos fluxos financeiros com o exterior, possibilita a consolidação do modelo de ampliação do estado clássico e a estruturação definitiva de poder dos gestores.

Nesta etapa de nosso estudo indicamos os três mais significativos eventos que marcaram a história do endividamento externo brasileiro, que permitem fôlego à ampliação da complexidade do Estado.

1) A fase de 1930 a 1934 — desde a tentativa de realizar um “ajuste” na economia, pelo então Ministro da Fazenda José Maria Whitaker, inspirado pelas recomendações do relatório de Sir Otto Niemeyer²⁹; o Terceiro Funding Loan; a inadimplência e a moratória de 1931, até a formação da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, subordinada ao Ministério da Fazenda, que foi encarregada de fazer um levantamento completo e uma auditoria da circulação dos empréstimos externos, bem como de encaminhar sua renegociação. Como resultado do trabalho da Comissão, foi criado o “Esquema Oswaldo Aranha” de renegociação e retomada do pagamento dos cupons da dívida, limitados a 10% dos resultados das exportações.

2) Os constrangimentos da realização prática do “Esquema “Oswaldo Aranha” e a nova suspensão dos pagamentos em 1937.

3) o estabelecimento de um plano mais elaborado que o anterior denominado “Esquema Souza Costa”, de retomada de pagamentos, consubstanciado pelo Decreto-Lei 6.019, de 1943.³⁰

29 Sir Otto Niemeyer, *Report to the Brazilian Government*, Rio de Janeiro, 1931.

30 Ministério da Fazenda, *Relatório ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa*, Rio de Janeiro, 1945.

As soluções encontradas para o impasse financeiro do passivo externo, estão amarradas com a paulatina ampliação do Estado Clássico que provoca os vários níveis de reorganização da economia brasileira promovendo um avanço do sistema capitalista e consolidando a “modernização conservadora”.

Posta a questão desta forma, podemos afirmar que esta etapa estará forçosamente voltada para o aprofundamento da discussão das funções que o estado Clássico “amplificado” passa a exercer como agente principal da “racionalização” do encaminhamento do desenvolvimento capitalista e da sua progressiva complexidade no período.

Alguns autores, como John D. Wirth, J. F. Normano, Carlos M. Peláez & Wilson Suzigan, Aníbal Villela & Wilson Suzigan, Celso Furtado,³¹ entre outros, perceberam algumas conexões entre o constrangimento do setor de serviços da balança comercial e as conseqüentes contrações cambiais, de um lado, e o processo de racionalização e reestruturação da economia brasileira, no período em questão, de outro, mas não souberam, ou não quiseram explicitar as implicações estruturais dessa relação.

O problema é que o fenômeno financeiro do equilíbrio orçamentário do balanço de pagamento, do déficit público, do serviço e da circulação da dívida externa é visto sempre como uma questão de conjuntura e não como um elemento fundamental do movimento orgânico da economia, encarado como mero reflexo das condições de um certo posicionamento ou situação do país no concreto mais geral do capitalismo.

Na história do pensamento crítico Latino-Americano, uma variada gama de interpretações se sucederam, desde as concepções cepalinas de estrangulamento do desenvolvimento pela deterioração dos termos de troca, passando pela radicalização cepalina de Frank, pelo crescimento desigual, pelas características duais e do progresso técnico, até desaguardarmos nas mais modernas interpretações do capitalismo tardio, de um certo tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil. Porém, nem mesmo esta visão renovada atinou para o significado mais profundo do endividamento externo, como instrumento fundamental de apropriação do excedente gerado no bojo da economia exportadora de bens e importadora de capitais.

Acreditamos que o equívoco se dá na avaliação do significado dos juros e do serviço dos empréstimos, considerados na teoria econômica como preço do

31 John D. Wirth, *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*, tradução de Jefferson Barata, Rio de Janeiro, 1973; J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, 2ª ed., São Paulo/Brasília, 1975; Carlos M. Peláez e Wilson Suzigan, *História Monetária do Brasil. Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*, Rio de Janeiro, 1976; Aníbal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)*, Rio de Janeiro, 1973; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 11ª ed., São Paulo, 1971.

capital, embora Marx tenha demonstrado que o credor do empréstimo torna-se sócio da mais-valia apropriada pelo empresário da força de trabalho geradora do produto.

Segundo este raciocínio, a apropriação do sobrevalor gerado pela economia nacional, não se fez completamente pelos capitalistas nacionais, em níveis que possibilitassem recursos de capital suficiente para viabilizar novas oportunidades para investir. Historicamente, o serviço da dívida (juros + comissões) e as amortizações funcionam como uma sugadora de recursos financeiros, que estreitavam a limites que chegavam, muitas vezes, a níveis insuportáveis, da apropriação do excedente, estabelecendo-se, portanto, um perfil produtivo altamente especializado e voltado para as exportações. Há que acentuar ainda os índices mínimos de poupança interna, provocada pelos mesmos motivos, tornando crônica a necessidade de captação de recursos no exterior.

Conclusão

Podemos afirmar que no período em questão (1889-1945), o papel de condicionador do perfil da economia brasileira, exercido pela dívida externa, é posto a nú, pois é inegável o papel exercido pelo período Vargas na ampliação do Estado Clássico, reordenando o crescimento econômico, “racionalizando” o processo administrativo, organizando o orçamento de Estados, Municípios e União, reajustando as dívidas agrícolas e disciplinando o crédito agrícola e industrial, fazendo um papel de direcionador e impulsionador do crescimento econômico, estando diretamente articulado com as etapas de renegociação e disciplinamento dos problemas de pagamentos e circulação dos títulos da dívida externa. Ampliando o Estado e abrindo a cunha para a hegemonia dos gestores, o Período Vargas desvendou o torniquete do modelo dependente do capitalismo brasileiro, no curto desafogo do passivo financeiro com o exterior, abrindo um “ciclo longo de exploração da mais-valia relativa”.

Texto apresentado na Mesa Redonda Estado Amplo e Economia dos Conflitos Sociais, 21/7/1993.